

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

AGENTE DE SUPORTE À REGULAÇÃO

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A duração das provas objetiva e de redação é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o excerto a seguir para responder às questões de **01** a **07**:

Por que o tempo voa: uma investigação sobretudo científica

Pensamos constantemente no tempo: avaliamos sua duração, consideramos o ontem e o amanhã, distinguimos o antes do depois. Habitamos no tempo e sobre ele, antecipando, lembrando, observando sua passagem. Em geral essas experiências são conscientes e, até onde podemos afirmar, exclusivas de nossa espécie. Mas, por baixo da superfície, sem que se pense nisso, infundindo toda vida e retroagindo a 4 bilhões de anos, está o ciclo circadiano, o tempo que se mede em dias.

Para um fenômeno biológico, ele é notavelmente mecânico em sua confiabilidade, e nas últimas duas décadas cientistas deram largos passos delineando seus fundamentos genéticos e bioquímicos. De todos os relógios que existem em nós, o relógio circadiano é de longe o mais compreendido. Se a exploração científica do tempo humano fosse mapeada como uma jornada física, começaria em terra firme e à luz do dia, com nosso conhecimento dos ritmos circadianos, e baixaria para uma pantanosa obscuridade.

Ritmos circadianos são comumente associados ao ciclo sono-vigília de alguém. Mas esse é um indicador enganoso: embora seus padrões de sono sejam influenciados por seu relógio circadiano, eles também são sujeitos ao controle da consciência. Você pode optar por ir cedo para a cama e se levantar cedo; viver como uma coruja, dormindo de dia e ficando desperto à noite; ou mesmo dispensar o sono por dias a fio. Não se passa por cima do relógio circadiano com tanta facilidade; se fosse assim, ele não seria digno de consideração.

(Alan Burdick, *Por que o tempo voa: uma investigação sobretudo científica*. Adaptado)

01. Com base nas informações do texto, é correto afirmar que

- (A) está provado que o ciclo circadiano não é privilégio da espécie humana.
- (B) o pensamento humano se ocupa permanentemente da percepção do tempo.
- (C) só é possível determinar o tempo deixando de pensar no passado.
- (D) a determinação do tempo pelo relógio é fruto da passagem do dia.
- (E) a vitalidade do homem esconde-se sob a sensação da passagem do tempo.

02. Na expressão “ciclo sono-vigília” (3º parágrafo), os termos “sono” e “vigília” são antônimos.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o antônimo de palavra retirada do texto.

- (A) “Notavelmente” (2º parágrafo) — “destacadamente”.
- (B) “Obscuridade” (2º parágrafo) — “clareza”.
- (C) “Retroagindo” (1º parágrafo) — “involuindo”.
- (D) “Digno” (3º parágrafo) — “intransigente”.
- (E) “Confiabilidade” (2º parágrafo) — “credibilidade”.

03. Assinale a alternativa em que se identifica corretamente o emprego da expressão destacada em sentido próprio ou figurado.

- (A) “... embora seus padrões de sono sejam influenciados por seu relógio circadiano, eles também **são sujeitos ao controle da consciência**.” (3º parágrafo) – sentido figurado.
- (B) “... e nas últimas duas décadas cientistas **deram largos passos** delineando seus fundamentos genéticos e bioquímicos...” (2º parágrafo) – sentido próprio.
- (C) “Você pode optar por ir cedo para a cama e se levantar cedo; viver como uma coruja, **dormindo de dia e ficando desperto à noite...**” (3º parágrafo) – sentido figurado.
- (D) “... começaria em terra firme e à luz do dia, com nosso conhecimento dos ritmos circadianos, e baixaria para **uma pantanosa obscuridade**.” (2º parágrafo) – sentido figurado.
- (E) “Não se **passa por cima** do relógio circadiano com tanta facilidade; se fosse assim, ele não seria digno de consideração.” (3º parágrafo) – sentido próprio.

04. Considere a passagem a seguir:

- “**Mas, por baixo da superfície, sem que se pense nisso**, infundindo toda vida e retroagindo a 4 bilhões de anos, está o ciclo circadiano, o tempo que se mede em dias.” (1º parágrafo)

O trecho destacado pode ser substituído, sem alteração do sentido original, por:

- (A) Contudo, sob a superfície, mesmo que não se pense nisso...
- (B) Além disso, embaixo da superfície, se não se pensar nisso...
- (C) Pois, abaixo da superfície, contanto que não se pense nisso...
- (D) Portanto, sobre a superfície, desde que não se pense nisso...
- (E) Logo, além da superfície, apesar de não se pensar nisso...

05. Considere as passagens a seguir:

- “Em geral essas experiências são conscientes e, **até** onde podemos afirmar, exclusivas de nossa espécie.” (1º parágrafo)
- “... o relógio circadiano é **de longe** o mais compreendido.” (2º parágrafo)

No contexto empregado, os termos destacados indicam, correta e respectivamente,

- (A) meta a atingir e afastamento de um ponto.
- (B) inclusão no todo e distância indefinida.
- (C) distância a percorrer e ponto limite além.
- (D) ponto máximo e ponto de vista próprio.
- (E) limite posto e grande margem de diferença.

06. Considere a passagem a seguir:

- “Pensamos constantemente no tempo: avaliamos sua duração, consideramos o ontem e o amanhã...” (1º parágrafo)

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita da passagem de acordo com a norma-padrão de regência verbal e nominal.

- (A) Damos atenção constante para o tempo: fazemos conjecturas de sua duração, interessamo-nos no ontem e no amanhã...
- (B) Damos atenção constante do tempo: fazemos conjecturas acerca de sua duração, interessamo-nos pelo ontem e pelo amanhã...
- (C) Damos atenção constante ao tempo: fazemos conjecturas sobre sua duração, interessamo-nos pelo ontem e pelo amanhã...
- (D) Damos atenção constante ao tempo: fazemos conjecturas a sua duração, interessamo-nos ao ontem e ao amanhã...
- (E) Damos atenção constante para o tempo: fazemos conjecturas acerca de sua duração, interessamo-nos do ontem e do amanhã...

07. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma passagem do texto em que o verbo expressa uma ação hipotética.

- (A) “Pensamos constantemente no tempo...” (1º parágrafo)
- (B) “Se a exploração científica do tempo humano fosse mapeada...” (2º parágrafo)
- (C) “... observando sua passagem.” (1º parágrafo)
- (D) “... cientistas deram largos passos...” (2º parágrafo)
- (E) “Não se passa por cima do relógio circadiano com tanta facilidade...” (3º parágrafo)

Para responder às questões 08 e 09, leia a tira a seguir, em que Haroldo (o tigre) e Calvin (o garoto) conversam sobre a tarefa escolar do garoto, que é fazer uma coleção de folhas:



(Bill Watterson, *Calvin e Haroldo*, O Estado de S. Paulo)

08. No último quadro, questionado sobre a situação do planeta, Calvin

- (A) assegura que o fato de os alienígenas substituírem os humanos trará benefícios ao planeta.
- (B) concorda com Haroldo, afirmando que na Terra os alienígenas não serão vistos como diferentes.
- (C) considera que o possível controle da Terra pelos alienígenas manterá o estado de coisas existente.
- (D) resume a indignação de Haroldo, que aponta a iminência da invasão de alienígenas.
- (E) repudia a ideia de ver o planeta dominado por estranhos, sejam eles alienígenas ou não.

09. Assinale a alternativa que apresenta reescrita de trecho da tira de acordo com a norma-padrão de concordância e crase.

- (A) Vocês tem certeza de que vai ser dado a Terra em troca de folhas de árvores pertencente à alienígenas?
- (B) O melhor de tudo é os visitantes alienígena, pois eles vem para se dedicar à fazer tudo em nosso lugar.
- (C) Vão haver várias coleções, mas nenhuma se comparará a que farei, que vai ser o mais possível completo.
- (D) Nenhum dos alienígenas vai se sobrepôr à nossa gente, os terráqueos, no controle da Terra. Nós estaremos atentos.
- (E) Esses alienígenas vão fazerem tudo e com isso as pessoas ficam muito mais livre, podendo se dedicar à diversão.

10. Célia tem 6 colares e quer guardá-los em caixas, todas com a mesma quantidade de colares. Ela percebeu que há 4 formas de fazer isso: 1 caixa, com os 6 colares; 2 caixas, com 3 colares em cada; 3 caixas, com 2 colares em cada; ou 6 caixas, com 1 colar em cada. Sua filha Kelly quer fazer o mesmo, ou seja, guardar os seus colares em caixas, todas com a mesma quantidade de colares.

Se Kelly tem 28 colares, de quantas formas ela pode fazer isso?

- (A) 9
- (B) 5
- (C) 6
- (D) 8
- (E) 7

11. Há 10 anos, uma família tinha alguns membros, entre os quais crianças e adultos, na razão de 12 crianças para cada 5 adultos. Atualmente, com o passar desses 10 anos, 4 dessas crianças atingiram a idade adulta, e aquela razão passou a ser de 10 crianças para cada 7 adultos.

Sabendo que, nesses 10 anos, nenhum membro dessa família nasceu ou faleceu, a diferença entre os números atuais de crianças e de adultos dessa família é igual a

- (A) 9.
- (B) 3.
- (C) 12.
- (D) 6.
- (E) 14.

12. Maurício fará duas aplicações financeiras: a primeira, de R\$ 4.000,00, a juros compostos, durante 3 meses, sob a taxa mensal de 1,0%, e a segunda, também de R\$ 4.000,00, mas a juros simples e durante 5 meses.

Maurício calculou o valor i da taxa mensal de juros da segunda aplicação, de modo que os juros obtidos dela fossem iguais aos juros obtidos da primeira aplicação.

Feito corretamente esse cálculo, que valor Maurício obteve para i , aproximadamente?

- (A) 0,6%
- (B) 0,5%
- (C) 0,7%
- (D) 0,8%
- (E) 0,9%

Para responder às questões 13 e 14, considere o seguinte cenário hipotético:

Um dispositivo eletromecânico em funcionamento aquece naturalmente, até que um sistema de resfriamento seja automaticamente acionado. Sua temperatura T (em $^{\circ}\text{C}$) é dada em função do tempo x (em minutos) transcorrido desde o início do funcionamento do dispositivo eletromecânico, de acordo com a seguinte função:

$$T(x) = 12x - x^2$$

Dado: para o domínio da função, considere-se o intervalo $[2;11]$

13. Em qual instante x o dispositivo atingiu a sua temperatura máxima, no intervalo de tempo considerado?

- (A) $x = 5,2$
- (B) $x = 5,5$
- (C) $x = 5$
- (D) $x = 6,5$
- (E) $x = 6$

14. O dispositivo mencionado dispõe também de uma luz indicadora, que se acende sempre que sua temperatura fica igual ou maior que 35°C .

Durante quantos minutos essa luz indicadora ficou acesa, no intervalo de tempo considerado?

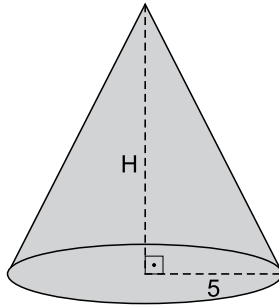
- (A) 3
- (B) 2
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

15. Em um bairro, há dois clubes, A e B, compostos por homens e mulheres. Esses clubes frequentemente promovem ações sociais, que contam com a participação de alguns de seus membros. No mês passado, 10% dos homens e 5% das mulheres do clube A participaram, o que representou 11 pessoas; do clube B, 20% dos homens e 20% das mulheres participaram, o que representou 36 pessoas.

Sabendo que o clube B tem 25 homens a mais do que o clube A, e que o clube A tem 5 mulheres a menos do que o clube B, é correto concluir que a soma dos números totais de membros desses dois clubes é igual a

- (A) 280.
- (B) 315.
- (C) 305.
- (D) 330.
- (E) 310

16. A ponta de uma flecha para prática esportiva tem a forma de um cone reto, com 5 mm de raio e altura H . Ela é feita de um material que tem 3 g para cada cm^3 . A figura a seguir (fora de escala) representa essa ponta de flecha:



Sabendo que a massa total dessa ponta de flecha é 1,8 g, se for utilizado no cálculo o valor aproximado $\pi = 3$, é correto concluir que sua altura H mede

- (A) 32 mm.
 - (B) 8 mm.
 - (C) 40 mm.
 - (D) 16 mm.
 - (E) 24 mm.
17. Marcos comprou 10 camisas, de cores diferentes, sem repetir nenhuma cor. Durante os próximos 4 dias, ao se vestir para ir trabalhar, a cada dia Marcos vai escolher, aleatoriamente, uma dentre essas 10 camisas, sem repetir as escolhas feitas. Suponha que um colega de trabalho de Marcos, que sabe as cores das camisas compradas, mas que não vai ver Marcos até que este chegue ao trabalho, tente adivinhar as cores das camisas escolhidas, diariamente, durante esses 4 dias.

Qual é a probabilidade de que esse colega acerte, ao acaso, todas as cores das camisas que Marcos escolheu, aproximadamente?

- (A) 0,0198%
- (B) 0,0252%
- (C) 0,000504%
- (D) 0,0000198%
- (E) 0,0504%

R A S C U N H O

18. Analise a imagem a seguir:



(Zé Dassiiva, *Marco temporal*, NSC Total.
Disponível em: <https://www.nscotal.com.br/noticias/charge-do-ze-dassilva-marco-temporal>)

É correto afirmar que, na imagem,

- (A) criticam-se as diferenças culturais entre sociedades indígenas primitivas e a sociedade nacional capitalista.
- (B) aborda-se o contexto de luta pela demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos originários.
- (C) compara-se o desenvolvimento econômico entre povos indígenas aculturados e a sociedade nacional desenvolvida.
- (D) destaca-se a situação de atraso cultural e econômico dos povos indígenas em relação à sociedade global.
- (E) observa-se a superioridade civilizatória dos povos originários que não estão integrados à sociedade brasileira.

19. Leia a notícia a seguir:

Dados preliminares do Censo 2022, divulgados em 9 de outubro de 2025, mostram que os maiores rendimentos estão entre homens, pessoas brancas e amarelas e moradores da região Centro-Sul.

Mais de um terço (35,3%) dos trabalhadores no Brasil recebe até um salário mínimo e apenas 7,6% das pessoas ocupadas têm rendimentos superiores a cinco salários mínimos — o equivalente a R\$ 6.060, em 2022. A faixa de renda mais comum entre os trabalhadores do país é a de mais de um salário mínimo até dois salários mínimos (R\$ 1.212,01 e R\$ 2.424, em 2022), que abrange 32,7% da população ocupada. A menor parcela corresponde aos trabalhadores com renda superior a 20 salários mínimos (R\$ 24.240 ou mais, em 2022), representando apenas 0,7% do total.

(André Catto, "Mais de um terço dos trabalhadores do país recebe até um salário mínimo, diz IBGE", G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/centro/noticia/2025/10/09/mais-de-um-terco-dos-trabalhadores-do-pais-recebe-ate-um-salario-minimo-diz-ibge.ghtml>. Adaptado)

Analisando os dados apresentados pela notícia, é correto afirmar que

- (A) o Brasil aparece, em perspectiva internacional, como um dos países com os maiores índices de desigualdade socioeconômica no mundo.
- (B) os indicadores demonstram aumento na desigualdade socioeconômica no Brasil, considerando a série histórica dos últimos censos populacionais.
- (C) a renda está concentrada em uma parcela pequena da população, havendo ainda desigualdades raciais e de gênero na remuneração do trabalho.
- (D) as desigualdades socioeconômicas regionais no Brasil diminuíram, mas resta ainda melhorar os indicadores de algumas áreas do Nordeste.
- (E) as questões étnicas e de sexo deixaram de ser marcadores socioeconômicos, pois houve uma maior diversidade nesses aspectos nas faixas mais altas de renda.

20. Leia a notícia a seguir:

A Prefeitura de São Paulo afirmou que realizou uma licitação para atualizar o Censo da População de Rua. Segundo a gestão municipal, a nova pesquisa será produzida ainda em 2025. O Censo da População de Rua mais recente foi feito em 2021 e publicado em 2022. Os dados, no entanto, divergem da base de números do governo federal e de outras iniciativas que trabalham com pessoas em situação de vulnerabilidade.

(Lorena Vale, "Prefeitura de SP diz que fará novo Censo da População de Rua em 2025; último levantamento é de 2021", G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/10/06/prefeitura-de-sp-diz-que-fara-novo-censo-da-populacao-de-rua-em-2025-ultimo-levantamento-e-de-2021.ghtml>. Adaptado)

A atividade noticiada é fundamental para

- (A) a dissociação das políticas públicas municipais das federais, que não consideram as especificidades regionais de uma metrópole como São Paulo.
- (B) o planejamento de políticas públicas voltadas a esse segmento da população, para direcionamento e redimensionamento de serviços e equipamentos públicos.
- (C) a criação de mecanismos que promovam a internação compulsória de pessoas que apresentem algum tipo de patologia física ou social.
- (D) o mapeamento de indivíduos mais capazes, para que possam ser encaminhados prioritariamente ao atendimento socioassistencial.
- (E) a redistribuição e o remanejamento dessa população para outros municípios ou Estados menos sobrecarregados em seus serviços socioassistenciais.

21. Leia o trecho a seguir:

Art. 3º

São diretrizes da Política Nacional de Transição Energética (PNTE):

- I. promover medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no setor de energia, em linha com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima;
- II. assegurar a segurança energética nacional;
- III. promover a universalização do acesso à energia;
- IV. promover a competitividade do setor de energia para a oferta a preços acessíveis;
- V. promover a redução da pobreza e da desigualdade energética, bem como a avaliação dos custos e incentivos a investimentos em transição energética (...);
- VI. promover a transparência, a participação social e a diversidade na formulação e na implementação de programas e iniciativas relacionadas à transição energética (...).

(Conselho Nacional de Política Energética, Resolução nº 05/2024. Adaptado)

Analizando o texto, é correto afirmar que a PNTE considera que a transição energética brasileira

- (A) deve ocorrer de modo a promover a equidade, a inclusão e a justiça social, contribuindo para melhorar as condições de vida da população.
- (B) deve facilitar e subsidiar a entrada de capital estrangeiro para possibilitar desenvolvimento tecnológico e suprir as deficiências tecnológicas do país.
- (C) será realizada de forma privatizada, sem a intervenção do Estado, para evitar a regulação do mercado do setor e possibilitar a livre concorrência.
- (D) desvaloriza a questão da sustentabilidade em seus termos, uma vez que não deverá haver obstáculos ao desenvolvimento econômico do país.
- (E) está desvinculada das minorias sociais, pois se entende que o atendimento a essas populações é potencializado a partir da consolidação do desenvolvimento econômico.

22. A seguir, observe a imagem de Paraisópolis (São Paulo – SP):



(Tuca Vieira, *Paraisópolis*, 2004.

Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/paraisopolis>)

Assinale a alternativa que se relaciona diretamente com o contexto apresentado pela imagem.

- (A) O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações, buscando aliar a preservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais.

(Portal de Educação Ambiental do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/desenvolvimento-sustentavel/>. Adaptado)

- (B) O grau de integração de uma cidade em uma rede urbana muitas vezes é indicativo do nível de desenvolvimento econômico e social do município. Cidades mais influentes conseguem ter maior disponibilidade de serviços e de produtos para a população.

(Summit Mobilidade. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/urbanismo/o-que-e-rede-urbana/>)

- (C) O fator mais visível do fenômeno da metropolização é o crescimento das cidades em população, extensão e riqueza. Como consequência desse crescimento, elas se tornam polos urbanos de alcance regional (região metropolitana), nacional e, por vezes, mundial.

(Laboratório de Estudos Urbanos. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/>. Adaptado)

- (D) A economia circular é uma alternativa ao modelo linear de produção, que prioriza a extração intensiva de recursos naturais, o consumo desenfreado e a pouca circularidade de produtos. Essa forma de produzir não é sustentável, já que ela impulsiona a degradação ambiental.

(WWF Brasil. Disponível em: https://www.wwf.org.br/nossosconteudos/conceitos/_economiacircular/)

- (E) A segregação socioespacial refere-se à separação física e geográfica de diferentes grupos sociais dentro de uma mesma área urbana. Essa segregação pode ser residencial, em que determinados grupos se concentram em áreas específicas da cidade devido a fatores como classe social ou status.

(Habitat para a Humanidade Brasil. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/segregacao-socioespacial/>. Adaptado)

23. No que diz respeito à ética e à função pública, pode-se mencionar a existência de regras de conduta aplicáveis no âmbito do serviço público.

Nesse contexto, as regras que simplesmente proíbem ou ordenam, pressupondo que o sujeito saiba fazer o que se ordena e conheça as condutas proibidas, são denominadas de regras

- (A) construtivas.
- (B) orientadoras.
- (C) morais.
- (D) imperativas.
- (E) relativas.

24. Segundo o que dispõe o Decreto Estadual nº 69.328/2025, é uma das condutas esperadas dos agentes públicos:

- (A) manter iniciativas colaborativas e proativas, denunciando ao seu superior imediato condutas reprováveis que presenciar.
- (B) tratar as pessoas com urbanidade, respeito, gentileza e prontidão.
- (C) ser educados com os colegas, incentivando-os constantemente ao bom desempenho das funções.
- (D) elogiar os colegas e seus superiores sempre que perceber baixa produtividade no ambiente de trabalho.
- (E) recusar todo e qualquer tipo de brindes e presentes que sejam oferecidos.

25. Tendo em vista o disposto no Decreto Estadual nº 69.474, de 10 de abril de 2025, a respeito do conflito de interesses, é correto afirmar que

- (A) a configuração de conflito de interesses depende da existência de lesão ao patrimônio público.
- (B) o conflito de interesses potencial, isoladamente, já é motivo que enseja a imposição de sanção ao servidor.
- (C) não existe conflito de interesses nas relações públicas institucionais entre autoridades nacionais e estrangeiras.
- (D) não existe obrigação de o agente público agir para prevenir ou impedir possível conflito de interesses.
- (E) a situação de mero conflito de interesses potencial não obriga o agente público a se declarar impedido de atuar no caso.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO

26. Considere que, no mês de novembro de 2025, fortes chuvas, provocadas pela influência do fenômeno meteorológico *La Niña*, aumentaram significativamente o fluxo nas estruturas utilizadas para a prestação do serviço de saneamento básico, ocasionando uma série de rompimentos em tubulações, reservatórios, transbordos, entre outros. Para a execução das obras emergenciais e o enfrentamento do iminente perigo público, a autoridade pública competente necessita utilizar, de forma temporária, propriedades particulares.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que a utilização da propriedade particular é

- (A) permitida, assegurada a indenização ulterior, se houver dano.
- (B) autorizada, sem a necessidade de pagamento de indenização, por prevalecer, nesse tema, o interesse coletivo frente ao interesse particular.
- (C) permitida, desde que autorizada previamente por decisão judicial.
- (D) autorizada, desde que o poder público proponha ação de desapropriação e realize o pagamento da indenização, em títulos da dívida pública.
- (E) vedada, se salvo realizada previamente a desapropriação do bem, com o pagamento de indenização prévia e em dinheiro.

27. Uma agência reguladora estadual terceirizou os serviços de asseio e conservação de sua sede, mediante a contratação de empresa prestadora de serviços responsável pela contratação dos profissionais que executam as atividades nas dependências da entidade pública. Fábio, agente de suporte à fiscalização, foi designado como fiscal do contrato administrativo. Ao analisar o instrumento contratual, a ficha de registro dos empregados da empresa e os demonstrativos de pagamento, ele deve avaliar se a prestadora de serviços está observando os direitos sociais básicos previstos na Constituição Federal.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, estará compatível com o texto constitucional a prática da empresa de

- (A) conceder assistência gratuita aos filhos e dependentes dos colaboradores desde o nascimento até os quatro anos em creches e pré-escolas.
- (B) pagar salário inferior ao mínimo aos que recebem remuneração variável.
- (C) fornecer seguro contra acidentes de trabalho, o qual excluirá a indenização que o empregador estaria obrigado nos casos de dolo ou culpa.
- (D) reduzir salários, desde que de acordo com o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (E) permitir a realização de trabalho em condições de insalubridade, a partir de dezesseis anos, desde que o exerçam na condição de aprendiz.

28. No tocante à relação entre princípio da legalidade e a atuação das agências reguladoras, é correto afirmar que as agências

- (A) podem aplicar sanções, ainda que não previstas em lei, desde necessárias para o funcionamento correto dos setores regulados.
- (B) não podem emitir atos regulamentares ou inovar na ordem jurídica, pois essa tarefa é reservada, no direito brasileiro, à lei.
- (C) possuem o poder de inovar, de maneira plena, no ordenamento jurídico.
- (D) precisam de autorização constitucional específica e parâmetros bem definidos, em lei, para que possam exercer o seu poder regulamentar.
- (E) podem emitir atos regulamentares, se a lei que a instituiu definir, de maneira prévia, conceitos genéricos, que especifiquem o seu campo de atuação.

29. De acordo com a Lei Complementar nº 914/2002, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, é uma autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, do Estado de São Paulo.

Diante dessas informações, é correto afirmar que

- (A) a Secretaria de Estado dos Transportes também é uma autarquia.
- (B) a ARTESP integra a Administração Indireta, e o seu regime jurídico especial lhe confere independência, frente à Administração Direta.
- (C) a Secretaria de Estado dos Transportes integra a Administração Direta, e a ARTESP, à Administração Indireta.
- (D) a ARTESP integra a Administração Direta.
- (E) a ARTESP foi criada em consequência do processo de desconcentração administrativa.

30. Considere que a Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Paulo – ARSESP –, na condição de signatária do contrato de concessão, após processo administrativo, concluiu que empresa concessionária de serviço público praticou uma infração contratual grave, a justificar a aplicação de uma pena de multa e recomendação de extinção do contrato, por caducidade.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que a aplicação da multa é uma consequência do exercício do poder

- (A) regulamentar.
- (B) disciplinar.
- (C) de polícia.
- (D) hierárquico.
- (E) soberano.

31. Considere que o Estado de São Paulo está estruturando a concessão de um trecho de rodovia, por meio da qual pretende delegar, ao parceiro privado, a responsabilidade pela duplicação e manutenção da via, pelo prazo de vinte anos. Como forma de remuneração pela prestação dos serviços, o contrato assegura ao parceiro privado, além da contrapartida paga pelo Estado de São Paulo, a cobrança de pedágio e a exploração de projetos econômicos nas margens do trecho concedido.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar que

- (A) as contrapartidas da Administração Pública podem ser garantidas, dentre outras formas, pela contratação de seguro-garantia com companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público.
- (B) se trata de concessão administrativa, cujo valor do contrato não pode ser inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) de reais.
- (C) o prazo previsto para o contrato é incompatível com a lei, pois as parceiras público-privadas devem ser celebradas por prazo não superior a dez anos.
- (D) o contrato é inválido, pois não é possível conjugar dois objetos distintos – duplicação de rodovia e conservação de estrada – em um único contrato, precedido de uma única licitação.
- (E) a Administração Pública, para conceder a contraprestação, deve estar autorizada por lei específica, sendo vedada a concessão de garantias adicionais, pelo poder público.

32. Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de respostas a consultas, as quais não terão, contudo, caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam.
- (B) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, a depender da discricionariedade da autoridade competente, poderão ser consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
- (C) A edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, devem ser precedidos de consulta pública para manifestação dos interessados, a qual será considerada na decisão.
- (D) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
- (E) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa poderá indicar de modo expresso suas consequências administrativas, mas não jurídicas, em função do princípio da separação dos poderes.

33. Considere que um órgão colegiado do Estado de São Paulo, detentor de competência legal para expedir atos normativos que regulem direitos e deveres dos administrados, pretenda delegar essa atribuição a outra autoridade, considerada tecnicamente mais adequada para editar tais atos.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.177/1998, é correto afirmar que

- (A) a competência, em função da matéria, não pode ser delegada.
- (B) a competência poderá ser delegada, se o delegatário for de igual ou inferior hierarquia.
- (C) a competência poderia ser delegada, se não tivesse sido conferida a um órgão colegiado.
- (D) pode ser delegada, desde que a órgão hierarquicamente inferior.
- (E) não pode ser delegada, pois as atribuições são conferidas aos órgãos por lei, não podendo ser alteradas por atos administrativos.

34. Considere que a Administração Pública concedeu, por meio de ato administrativo, o direito a um particular de explorar atividade econômica em terreno de sua propriedade, localizado em área contígua a uma rodovia, desde que observadas determinadas condições. Passados seis meses, em fiscalização realizada no local, constatou-se que o particular deixou de cumprir as condições fixadas no ato administrativo.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que o ato administrativo deve ser extinto por

- (A) caducidade.
- (B) revogação.
- (C) anulação.
- (D) decadência.
- (E) cassação.

35. Considere que uma autarquia, em edital destinado à reforma e ampliação de sua sede administrativa, opte por adotar um regime de contratação em que o contratado será responsável pela elaboração e desenvolvimento dos projetos básico e executivo, pela execução de obras e serviços de engenharia, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços especiais, bem como pela realização de montagem, testes, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Com base nessa descrição e no disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que será adotado o(a)

- (A) empreitada por preço unitário.
- (B) empreitada por preço global.
- (C) regime de contratação integrada.
- (D) regime de contratação semi-integrada.
- (E) contratação por tarefa.

36. Com base na Lei nº 14.133/21, é correto afirmar que o contrato administrativo

- (A) deve ser necessariamente escrito.
- (B) podem ter as regras econômico-financeiras alteradas unilateralmente, pela Administração, para assegurar o interesse público.
- (C) deverá conter cláusula descrevendo detalhadamente a alocação dos riscos distribuídos entre as partes.
- (D) pode ser celebrado por prazo indeterminado.
- (E) não se sujeita, ainda que supletivamente, às regras de direito privado.

37. Thiago sofreu um acidente automobilístico ao desviar de um buraco existente em rodovia administrada por empresa concessionária de serviço público. Após se recuperar, física e psicologicamente, do acidente, apresentou processo administrativo à ARSESP, relatando o ocorrido e solicitando providências em relação à concessionária, bem como a responsabilização da empresa pelos danos que lhe foram causados. Pedro, agente de suporte à regulação, recebeu o processo e foi encarregado de realizar uma primeira análise do caso.

Com base na situação hipotética e na teoria da responsabilidade civil do Estado, Pedro deve concluir que

- (A) a concessionária responderá de maneira objetiva, pelos danos causados, salvo se comprovado que o acidente decorreu de culpa exclusiva da vítima.
- (B) a concessionária de serviços públicos se sujeita às mesmas regras de responsabilidade civil do Estado, por ser responsável pela execução dos serviços.
- (C) a concessionária de serviço público não se sujeita às regras de responsabilidade civil do Estado, por se tratar de empresa privada.
- (D) a responsabilidade civil, no caso, é integral e independe da demonstração de dolo ou culpa da concessionária, por decorrer da omissão de manter adequadamente via pública.
- (E) a responsabilidade civil, no caso, deverá incidir diretamente sobre o Estado, proprietário da Estrada, e não sobre a concessionária de serviço público.

38. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), é correto afirmar que

- (A) o tratamento de dados pressupõe, necessariamente, o fornecimento do consentimento de seu titular.
- (B) se considera eliminação a suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.
- (C) o tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por, pelo menos, um dos pais ou pelo responsável legal.
- (D) as suas regras não se aplicam nas empresas concessionárias de serviços público.
- (E) se considera operador a pessoa natural ou jurídica a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

39. Tânia, agente de fiscalização, tem 55 anos e está aposentada por invalidez. Em perícia médica oficial, contudo, foi constatado que as razões que justificaram o seu afastamento do cargo não mais subsistem, comprovando as plenas condições para o exercício do cargo.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Estadual nº 10.261/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo), é correto afirmar que Tânia deve

- (A) reingressar no serviço público, de ofício, pela reversão.
- (B) ser posta em disponibilidade, cabendo à autoridade administrativa indicar se há ou não interesse no seu reingresso no cargo, de acordo com a necessidade do serviço.
- (C) permanecer aposentada, pois o ato de aposentadoria não pode ser revisto.
- (D) ser reintegrada ao serviço público, caso o cargo que ocupava estiver vago.
- (E) permanecer aposentada, por ter mais de 50 anos.

40. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) dispõe que o tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Com base na referida lei, é correto afirmar que tais informações pessoais, quando relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem,

- (A) são classificadas como ultrassecretas.
- (B) a restrição ao seu acesso por terceiros poderá, excepcionalmente, ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido.
- (C) podem ser divulgadas, sem o consentimento dos particulares, caso não haja risco de dano.
- (D) podem ser divulgadas para a realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, ainda que haja identificação da pessoa a quem as informações se referirem.
- (E) terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos.

41. Sandro trafega diariamente por rodovias estaduais concedidas à iniciativa privada e tem notado que, nos últimos tempos, mesmo com o aumento do valor do pedágio, cresceram o número de buracos na pista e os trechos com sinalização deficiente. Inconformado com a situação, decide procurar a ARTESP para instaurar processo administrativo destinado à apuração das irregularidades, com fundamento na Lei nº 10.294/1999, que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público no Estado de São Paulo.

Mariana, agente de suporte à regulação responsável pelo atendimento, poderá informar corretamente, com base na referida lei, que

- (A) Sandro deve se direcionar à ARTESP com um requerimento escrito e fundamentado, que contenha a descrição dos problemas e a sua identificação.
- (B) a denúncia poderá ser apresentada verbalmente, hipótese em que será reduzida a termo, e a sua instrução será feita pela Administração de ofício, sem prejuízo do direito de Sandro juntar documentos, bem como requerer diligências e perícias.
- (C) a normas básicas, previstas na Lei, não se aplicam aos serviços concedidos à iniciativa privada, pois esses serviços são explorados por conta e risco do parceiro privado.
- (D) caso Sandro não deseje se identificar, poderá apresentar a denúncia de maneira anônima.
- (E) ao final do processo, caso Sandro tenha razão e for comprovada as falhas na prestação de serviços, a concessionária de serviço público deverá lhe pagar indenização, a ser especificada pela ARTESP.

42. De acordo com a Lei Estadual nº 10.177/98 (Lei de Processo Administrativo do Estado de São Paulo), o prazo máximo para a prática de atos administrativos isolados, que não exijam procedimento para sua prolação, ou para a adoção, pela autoridade pública, de outras providências necessárias à aplicação de lei ou decisão administrativa será de

- (A) 60 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 5 dias.
- (E) 30 dias.

43. Municípios limítrofes constituíram um consórcio público com o objetivo de explorar, de forma conjunta, o serviço de transporte público urbano de passageiros. A iniciativa buscou aproveitar a proximidade entre as cidades e os ganhos de escala para aprimorar a prestação do serviço, considerando que, em razão da interdependência econômica existente, há um intenso fluxo diário de pessoas entre os municípios. Para melhorar a fiscalização do contrato, contudo, os municípios pretendem firmar um convênio com a agência reguladora estadual, a fim de que esta exerça essa atividade. Antes de uma reunião sobre o assunto, o diretor da agência reguladora solicita que Fabiana elabore um resumo com os principais aspectos técnicos do tema.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 11.107/2005, Fabiana poderá apontar corretamente que

- (A) a celebração do convênio deve ser feita diretamente pela agência com os Municípios, pois o consórcio não tem personalidade jurídica própria.
- (B) o convênio pode ser celebrado com o consórcio, que possui personalidade jurídica de direito público e integra a administração direta dos entes consorciados.
- (C) a Lei veda, expressamente, que os consórcios celebrem contratos de concessão de serviços públicos, por se tratar de competência indelegável.
- (D) caso um dos municípios se retire do consórcio, ele não deverá ser necessariamente extinto.
- (E) a fiscalização do contrato não pode ser delegada à agência, pois é atribuição exclusiva do Tribunal de Contas da União avaliar a regularidade da concessão e da execução do serviço.

REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS

44. Em relação ao papel regulador do Estado, é correto afirmar:

- (A) a ocorrência de uma falha regulatória, situação na qual uma ação adotada para solucionar um problema, não é efetiva ou é inconsistente, não é um problema regulatório.
- (B) o objetivo central da regulação econômica é promover a correção dos preços relativos por meio de intervenções diretas das empresas estatais na oferta agregada da economia.
- (C) a existência de uma falha de mercado promove uma alocação subótima dos recursos, impedindo o alcance do máximo bem-estar social.
- (D) a regulação não deve ser realizada com objetivo de contribuir para a execução de políticas públicas, como, por exemplo, a busca da massificação da banda larga.
- (E) a garantia dos direitos fundamentais do cidadão, como, por exemplo, a liberdade e a privacidade não são alvo da ação regulatória do Estado.

45. As agências reguladoras surgiram no Brasil no contexto das reformas dos anos 1990 e assumiram papel central na regulação dos setores de infraestrutura.

Em relação a essas instituições, assinale a alternativa correta.

- (A) Foram criadas para desempenhar papel transitório, devendo ser progressivamente substituídas pela competição de mercado.
- (B) Foram criadas no governo Collor (1990-92), no âmbito do Programa Nacional de Desestatizações.
- (C) Por gozarem de autonomia decisória e financeira, as agências não estão sujeitas ao controle externo, como o exercido pelo Legislativo, Judiciário ou Tribunais de Contas.
- (D) Por serem autarquias especiais, as agências reguladoras acumulam a formulação de políticas públicas com a execução direta de serviços, substituindo o papel das estatais nos setores privatizados.
- (E) As agências reguladoras têm como papel central assegurar que a prestação de serviços públicos delegados ao setor privado ocorra de forma contínua, eficiente e com modicidade tarifária.

46. A Reforma do Estado, conduzida na primeira gestão Fernando Henrique Cardoso (1995), buscou redefinir as funções estatais e estabelecer novos instrumentos de atuação do Estado na economia.

No que diz respeito ao processo de Reforma do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) Defendeu que a autorregulação dos mercados seria suficiente para garantir eficiência e proteção aos consumidores.
- (B) Pode ser considerado inovador, tendo em vista que não sofreu influência do cenário externo ou de experiências internacionais de privatização e regulação.
- (C) Reforçou o modelo do Estado empresário, expandindo a atuação direta do governo na produção de bens e serviços.
- (D) Foi marcado pela ampliação das empresas estatais em setores de infraestrutura econômica.
- (E) Propôs a transição para um modelo no qual as agências regulatórias desempenhariam um papel central na mediação entre interesses públicos e privados.

47. A regulação econômica é justificada, entre outros fatores, pela existência de “falhas de mercado”. É correto afirmar:

- (A) bens públicos são eficientemente ofertados pelo mercado, pois não apresentam problemas de exclusão de usuários.
- (B) assimetrias de informação são fenômenos incomuns e, portanto, irrelevantes para a regulação.
- (C) a atuação regulatória é restrita aos mecanismos de controle de preços.
- (D) na presença de externalidades negativas, a ausência de regulação pode levar à produção acima do nível socialmente ótimo.
- (E) a presença de poder de mercado em monopólios naturais garante a eficiência alocativa, dispensando a intervenção regulatória.

48. Um fazendeiro costuma repetir o ditado popular:

“Olho do dono engorda o boi.”

A frase indica que, quando o proprietário acompanha de perto o trabalho realizado, há maior esforço e cuidado por parte dos empregados. Quando essa supervisão não acontece, o desempenho pode cair, gerando ineficiência.

O problema econômico descrito no ditado corresponde

- (A) à externalidade negativa.
- (B) à seleção adversa.
- (C) ao risco moral.
- (D) aos bens públicos.
- (E) ao poder de monopólio.

49. A Teoria dos Custos de Transação contribui para compreender os limites entre a firma e o mercado como formas alternativas de coordenação econômica.

Em relação a essa teoria, é correto afirmar que

- (A) a escolha entre realizar uma atividade via mercado ou dentro da firma depende dos custos de negociar, monitorar e garantir o cumprimento dos contratos.
- (B) as firmas surgem quanto há ganhos de escala, independentemente da estrutura contratual das transações.
- (C) está centrada nos custos de produção, sem incorporar fatores ligados à negociação e execução de contratos.
- (D) o foco principal da teoria está na definição dos preços relativos.
- (E) se concentra no comportamento individual do consumidor, sem incorporar mecanismos institucionais de coordenação das transações.

50. A literatura sobre “falhas de governo” destaca que a intervenção governamental, ainda que motivada por “falhas de mercado”, pode gerar ineficiências ou distorções.

Em relação ao conceito de “falhas de governo”, assinale a alternativa correta.

- (A) Sua existência decorre da ausência de direitos de propriedade bem definidos, fenômeno que se restringe a economias de baixa renda.
- (B) Está associado a situações em que a atuação estatal cria ineficiências, como, por exemplo, uma burocracia excessiva ou a “captura regulatória”.
- (C) A única resposta adequada às falhas de governo é a desregulação dos mercados, pois o Estado deixa de ter legitimidade para intervir.
- (D) Inexiste na presença de agências reguladoras.
- (E) Enfatiza o comportamento do consumidor, concedendo menor importância às relações entre reguladores e regulados.

51. Em certos setores da economia, a prestação de serviços depende de uma infraestrutura interconectada, de alto custo fixo e difícil duplicação, como redes de energia, telecomunicações ou saneamento. O valor do serviço aumenta conforme mais usuários conectam-se, e a eficiência tende a ser maior quando há coordenação centralizada para oferta do serviço.

Esse texto descreve as características de qual conceito econômico?

- (A) Concorrência perfeita.
- (B) Monopsonio.
- (C) Indústria de bens de capital.
- (D) Bens públicos.
- (E) Indústria de rede.

52. A agenda regulatória é um instrumento de governança adotado pelas agências reguladoras.

No que diz respeito a sua natureza e relação com a sociedade, assinale a alternativa correta.

- (A) O acompanhamento de sua execução é restrito a órgãos estatais de fiscalização, não havendo mecanismos de envolvimento social, como, por exemplo, consultas públicas.
- (B) Deve ser previamente aprovada pelos órgãos de controle externo.
- (C) Substitui o planejamento estratégico da agência.
- (D) Tem caráter administrativo, voltado à organização interna, sem produzir efeitos relevantes para regulados ou usuários.
- (E) Funciona como um plano de ação normativo, indicando temas prioritários de regulamentação e oferecendo maior previsibilidade e transparência da atuação da agência.

53. A Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) constitui uma etapa fundamental do ciclo de governança regulatória.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Tem como foco principal a análise jurídica da constitucionalidade e da legalidade dos atos normativos editados pela agência.
- (B) É um instrumento destinado a avaliar a eficácia e a eficiência de uma norma ou decisão regulatória após sua implementação, comparando os resultados obtidos com os objetivos inicialmente estabelecidos.
- (C) Tem caráter preventivo e deve ser realizada antes da edição de qualquer ato normativo.
- (D) É um relatório simplificado, elaborado exclusivamente pelo Conselho Diretor da Agência antes da edição de qualquer ato normativo.
- (E) Substitui a Análise de Impacto Regulatório (AIR), sendo obrigatória para atos normativos de urgência ou relevância econômica.

54. Em relação à abordagem de fiscalização responsiva, é correto afirmar que

- (A) não é compatível com o modelo de fiscalização das agências brasileiras, em especial aos setores como saneamento básico e energia elétrica.
- (B) implica que o regulador deve abrir mão de instrumentos punitivos, utilizando mecanismos de orientação e diálogo.
- (C) é incompatível com o princípio da proporcionalidade, pois exige escalonamento automático de penalidades, independentemente das circunstâncias.
- (D) reconhece que a cooperação e a persuasão podem ser mais efetivas do que a punição em determinadas situações, sem excluir a possibilidade de sanções rigorosas.
- (E) pressupõe que a aplicação de sanções severas deve ser imediata, a fim de garantir a máxima eficácia dissuasória.

55. No âmbito das agências reguladoras, o processo administrativo sancionador é o instrumento utilizado para apurar infrações e aplicar sanções.

Considerando seus objetivos e princípios orientadores, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é um processo formal, constituindo-se de advertências verbais ou entendimentos informais entre a agência e o regulado.
- (B) Aplica-se exclusivamente a agentes públicos vinculados à agência reguladora, não alcançando concessionárias ou permissionárias de serviços públicos.
- (C) É um instrumento de efetivação da regulação, destinado a assegurar o cumprimento das normas e obrigações dos agentes regulados, observando, entre outros, o princípio da legalidade.
- (D) Tem natureza judicial, sendo, portanto, realizado pelo Poder Judiciário.
- (E) Possui caráter punitivo, dispensando a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

56. Em relação à Análise de Impacto Regulatório (AIR), conforme a deliberação ARSESP nº 1.466, de 08 de novembro de 2023, é correto afirmar:

- (A) sua elaboração deve permear o processo normativo e seu resultado deve ser discutido com a sociedade e disponibilizado à Diretoria Colegiada para tomada de decisão.
- (B) a análise da competência legal para regulamentar o tema deve preceder à elaboração da AIR, não se constituindo em etapa integrante, desse instrumento.
- (C) tendo em vista os impactos sobre a gestão e a governança da Agência, deve ser realizada na análise de atos administrativos, em especial em processos licitatórios.
- (D) trata-se de uma análise técnica que busca subsidiar a Diretoria Colegiada da ARSESP, possuindo, portanto, caráter vinculante.
- (E) restringe-se à identificação e à análise técnica do problema, não contemplando proposições de ação; competência exclusiva da Diretoria Colegiada da ARSESP.

57. Uma *agência reguladora estadual* iniciou a implantação de um sistema de gestão da qualidade para aprimorar seus processos de fiscalização de concessionárias de saneamento. O objetivo é garantir maior confiabilidade nos relatórios de auditoria regulatória e aumentar a transparência das decisões junto à sociedade.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle da qualidade, no âmbito da agência, corresponde à elaboração de diretrizes estratégicas de longo prazo, definindo políticas regulatórias.
- (B) A auditoria da qualidade consiste em um processo independente e sistemático que permite verificar se os procedimentos seguem aos requisitos previamente estabelecidos.
- (C) O uso do ciclo PDCA restringe-se às concessionárias reguladas, não podendo ser aplicado à própria gestão da agência reguladora.
- (D) A garantia da qualidade caracteriza-se como atividade reativa, voltada a corrigir falhas detectadas após a divulgação de relatórios e decisões regulatórias.
- (E) O gerenciamento da qualidade tem caráter operacional, limitando-se à inspeção dos documentos enviados pelas concessionárias.

58. A Lei Complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, estabelece o regime jurídico das agências reguladoras estaduais em São Paulo, incluindo a ARSESP.

Em relação a esse diploma legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os dirigentes das agências são nomeados diretamente pelo Governador do Estado, sem necessidade de sabatina ou aprovação pela Assembleia Legislativa.
- (B) O mandato dos diretores é vitalício, o que garante independência plena em relação ao Poder Executivo.
- (C) As decisões técnicas das agências estão sujeitas à revisão hierárquica das Secretarias de Estado vinculadas, que podem reformá-las a qualquer tempo.
- (D) A lei prevê que a função regulatória pode ser delegada a entidades privadas mediante contrato de gestão, como forma de ampliar a eficiência administrativa.
- (E) As agências reguladoras estaduais possuem natureza de autarquias em regime especial, com autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial.

59. Em relação à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP, de acordo com a Lei Complementar nº 1.413/2024, é correto afirmar que

- (A) não possui competência para autorizar a atividade de comercialização de gás natural junto a usuários livres.
- (B) a fiscalização e regulação sobre serviços de saneamento básico ocorrem sempre em caráter originário, não dependendo de delegação dos municípios.
- (C) seu papel se restringe ao acompanhamento econômico-financeiro das concessionárias, não abrangendo aspectos técnicos da prestação dos serviços.
- (D) possui competência para disciplinar o acesso não discriminatório de terceiros, mediante pagamento de tarifa de uso, ao sistema de distribuição de gás canalizado.
- (E) tem competência para regular, fiscalizar e controlar todos os serviços de energia elétrica no Estado, independentemente de delegação da União.

60. A Deliberação ARSESP nº 1.649/2025 aprovou o Regimento Interno da Agência. Considerando o papel de um regimento interno em uma autarquia em regime especial, assinale a alternativa correta.

- (A) Representa um mecanismo de governança interna, fixando regras sobre funcionamento, organização administrativa e dinâmica das reuniões do Conselho Diretor.
- (B) Tem como função central substituir a lei complementar estadual, redefinindo de forma autônoma as competências legais da ARSESP.
- (C) As disposições regimentais podem limitar ou excluir a autonomia administrativa, financeira e funcional da agência, uma vez que tais prerrogativas derivam de decisão interna do colegiado.
- (D) Confere poder vinculante às decisões do Conselho Diretor apenas quando ratificadas pela Secretaria de Parcerias em Investimentos.
- (E) É o instrumento que disciplina matérias financeiras, como orçamento e execução de despesas, não abrangendo aspectos procedimentais ou organizacionais.

REDAÇÃO

TEXTO 1

A prática de ouvir música sem o fone de ouvido através do aparelho celular é proibida em Teresina, Piauí. O poder público da capital já aprovou e sancionou a lei que proíbe o uso de aparelhos sonoros sem fones de ouvido dentro de metrô, ônibus e vans utilizados como transporte coletivo. O decreto também já fixou o valor de R\$ 300 de multa aos infratores, mas, apesar da imposição, a determinação ainda divide opiniões pelas ruas da cidade.

O comerciante Júnior Sousa diz que costuma usar o celular para ouvir músicas e, sempre que precisa usar o transporte público, não coloca o fone de ouvido. “Sempre uso o aparelho para ouvir músicas. Acho que é um direito meu escutar o que eu gosto, não posso ser obrigado a andar de fone de ouvido”, reclama Júnior.

A nova determinação já está em vigor e, além das restrições ao ouvir música, também proíbe o uso do aparelho na função viva-voz durante ligações. A única ressalva da lei é a inexistência de punição para o motorista, caso queira ligar o sistema de som do próprio veículo.

A estudante Carla Roberta diz que a medida fere os direitos do cidadão e questiona o fato de a lei não valer para o som do próprio veículo. “Acredito que quem se sentir incomodado, bastaria pedir para baixar a música, não há necessidade de uma lei para isso. Se é para proibir porque o barulho incomoda os passageiros e atrapalha o motorista, o uso do som do próprio veículo também tem que ser proibido. Os condutores colocam músicas em um volume alto, que me incomodam e podem também tirar sua atenção ao mexerem no aparelho”, reclama Carla.

*(Lei que proíbe som alto dentro dos ônibus divide opiniões em Teresina.
<https://g1.globo.com>, 31.07.2014. Adaptado)*

TEXTO 2

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou, em primeira discussão, um projeto de lei que prevê a proibição do uso de aparelhos sonoros, como caixas de som ou celulares, sem fone de ouvido nos transportes coletivos públicos do Rio de Janeiro e multa para os reincidentes. O projeto inclui transportes intermunicipais, como ônibus, trens, barcas, metrô e similares, e exclui artistas e suas manifestações.

A aposentada Maria de Fátima concorda com a proibição e acha que as pessoas devem respeitar a individualidade do outro. “Eu acho certíssimo. Já deveria ter sido feito há tempos. Os direitos são iguais: as pessoas têm direito de ouvir e as outras de não ouvir. Se você quer ouvir música ou ver vídeo, coloca fone de ouvido. Às vezes, outros passageiros estão com dor de cabeça ou pessoas com autismo têm problemas com sons altos. Tem que respeitar”, afirma.

A estudante Maria Luiza observa que o número de pessoas que não usam fone de ouvido é maior em vagões mistos. “Geralmente os vagões femininos são mais silenciosos. Eu acho ótimo, super apoio a proibição. Já basta pegar o trem lotado e os outros passageiros ainda ouvem músicas ou assistem TikToks sem fone de ouvido... o som alto atrapalha muito a viagem”, diz.

*(Manuella Viegas. Projeto de lei prevê multa para quem usa aparelhos sonoros sem fone de ouvido nos transportes do Rio.
<https://odia.ig.com.br>, 15.08.2025. Adaptado)*

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

USO DE APARELHOS SONOROS NO TRANSPORTE PÚBLICO: ENTRE O DIREITO DA PRÁTICA E O INCÔMODO AOS DEMAIS PASSAGEIROS

REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

